

RESOLUÇÃO CONAMA nº 5, de 15 de junho de 1989

Publicada no DOU, de 25 de agosto de 1989, Seção 1, páginas 14713-14714

Correlações:

Complementada pelas Resoluções nº 03, de 1990, nº 08, de 1990, e nº 436, de 2011.

Revogada pela Resolução CONAMA Nº 513/2026.

Dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar — PRONAR.

~~O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE — CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do art. 8º, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e o art. 48, do 86~~

~~Decreto nº 88.351, de 1 de junho de 1983 —,~~

~~Considerando o acelerado crescimento urbano e industrial brasileiro e da frota de veículos automotores;~~

~~Considerando o progressivo e decorrente aumento da poluição atmosférica, principalmente nas regiões metropolitanas;~~

~~Considerando seus reflexos negativos sobre a sociedade, a economia e o meio ambiente;~~

~~Considerando as perspectivas de continuidade destas condições e,~~

~~Considerando a necessidade de se estabelecer estratégias para o controle, preservação e recuperação da qualidade do ar, válidas para todo o Território Nacional, conforme previsto na Lei nº 6.938, de 31/08/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, resolve:~~

~~I — Instituir o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar — PRONAR, como um dos instrumentos básicos da gestão ambiental para proteção da saúde e bem-estar das populações e melhoria da qualidade de vida com o objetivo de permitir o desenvolvimento econômico e social do País de forma ambientalmente segura, pela limitação dos níveis de emissão de poluentes por fontes de poluição atmosférica, com vistas a:~~

~~a) uma melhoria na qualidade do ar;~~

~~b) o atendimento aos padrões estabelecidos;~~

~~c) o não comprometimento da qualidade do ar em áreas consideradas não degradadas.~~

~~2 — ESTRATÉGIAS~~

~~A estratégia básica do PRONAR é limitar, a nível nacional, as emissões por tipologia de fontes e poluentes prioritários, reservando o uso dos padrões de qualidade do ar como ação complementar de controle.~~

~~2.1 — LIMITES MÁXIMOS DE EMISSÃO~~

~~Entende-se por limite máximo de emissão a quantidade de poluentes permissível de ser lançada por fontes poluidoras para a atmosfera.~~

~~Os limites máximos de emissão serão diferenciados em função da classificação de usos pretendidos para as diversas áreas e serão mais rígidos para as fontes novas de poluição.~~

~~2.1.1 — Entende-se por fontes novas de poluição aqueles empreendimentos que não tenham obtido a licença prévia do órgão ambiental licenciador na data de publicação desta Resolução.~~

~~Os limites máximos de emissão aqui descritos serão definidos através de Resoluções específicas do CONAMA.~~

~~2.2 — ADOÇÃO DE PADRÕES NACIONAIS DE QUALIDADE DO AR~~

~~Considerando a necessidade de uma avaliação permanente das ações de controle~~

estabelecidas no PRONAR, é estratégica a adoção de padrões de qualidade do ar como ação complementar e referencial aos limites máximos de emissão estabelecidos.

2.2.1— Ficam estabelecidos dois tipos de padrões de qualidade do ar: os primários e os secundários.

a) São padrões primários de qualidade do ar as concentrações de poluentes que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde da população, podendo ser entendidos como níveis máximos toleráveis de concentração de poluentes atmosféricos, constituindo-se em metas de curto e médio prazo.

b) São padrões secundários de qualidade do ar, as concentrações de poluentes atmosféricos abaixo das quais se prevê o mínimo efeito adverso sobre o bem estar da população; assim como o mínimo dano à fauna e flora aos materiais e meio ambiente em geral, podendo ser entendidos como níveis desejados de concentração de poluentes, constituindo-se em meta de longo prazo.

Os padrões de qualidade do ar aqui escritos serão definidos através de Resolução específica do CONAMA.

2.3— PREVENÇÃO DE DETERIORAÇÃO SIGNIFICATIVA DA QUALIDADE DO AR

Para a implementação de uma política de não deterioração significativa da qualidade do ar em todo o território nacional, suas áreas serão enquadradas de acordo com a seguinte classificação de usos pretendidos:

Classe I: Áreas de preservação, lazer e turismo, tais como Parques Nacionais e Estaduais, Reservas e Estações Ecológicas, Estâncias Hidrominerais e Hidrotermais. Nestas áreas deverá ser mantida a qualidade do ar em nível o mais próximo possível do verificado sem a intervenção antropogênica.

Classe II: Áreas onde o nível de deterioração da qualidade do ar seja limitado pelo padrão secundário de qualidade.

Classe III: Áreas de desenvolvimento onde o nível de deterioração da qualidade do ar seja limitado pelo padrão primário de qualidade.

Através de Resolução específica do CONAMA serão definidas as áreas Classe I e Classe III, sendo as demais consideradas Classe II.

2.4— MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR

Considerando a necessidade de conhecer e acompanhar os níveis de qualidade do ar no país, como forma de avaliação das ações de controle estabelecidas pelo PRONAR, é estratégica a criação de uma Rede Nacional de monitoramento da Qualidade do Ar.

Nestes termos, será estabelecida uma Rede Básica e Monitoramento que permitirá o acompanhamento dos níveis de qualidade do ar e sua comparação com os respectivos padrões estabelecidos.

2.5— GERENCIAMENTO DO LICENCIAMENTO DE FONTES DE POLUIÇÃO DO AR

Considerando que o crescimento industrial e urbano, não devidamente planejado, agrava as questões de poluição do ar, é estratégico estabelecer um sistema de disciplinamento da ocupação do solo baseado no licenciamento prévio das fontes de poluição. Por este mecanismo o impacto de atividades poluidoras poderá ser analisado previamente, prevenindo uma deterioração descontrolada da qualidade do ar.

2.6— INVENTÁRIO NACIONAL DE FONTES E POLUENTES DO AR

Como forma de subsidiar o PRONAR, no que tange às cargas e locais de emissão de poluentes, é estratégica a criação de um Inventário Nacional de Fontes e Emissões objetivando o desenvolvimento de metodologias que permitam o cadastramento e a estimativa das emissões, bem como o devido processamento dos dados referentes às fontes de poluição do ar.

~~2.7 – GESTÕES POLÍTICAS~~

~~Tendo em vista a existência de interfaces com os diferentes setores da sociedade, que~~
~~RESOLUÇÕES DO CONAMA~~

~~CONTROLE DA POLUIÇÃO DO AR – PRONAR – RESOLUÇÃO CONAMA nº 5 de 1989~~

~~se criam durante o estabelecimento e a aplicação de medidas de controle da poluição do ar é estratégia do PRONAR que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA coordene gestões junto aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta. Federais, Estaduais ou Municipais e Entidades Privadas, no intuito de se manter um permanente canal de comunicação visando viabilizar a solução de questões pertinentes.~~

~~2.8 – DESENVOLVIMENTO NACIONAL NA ÁREA DE POLUIÇÃO DO AR~~

~~A efetiva implantação do PRONAR está intimamente correlacionada com a capacitação técnica dos órgãos ambientais e com o desenvolvimento tecnológico na área de poluição do ar.~~

~~Nestes termos, é estratégia do PRONAR promover junto aos órgãos ambientais meios de estruturação de recursos humanos e laboratoriais a fim de se desenvolverem programas regionais que viabilizarão o atendimento dos objetivos estabelecidos.~~

~~Da mesma forma o desenvolvimento científico e tecnológico em questões relacionadas com a poluição atmosférica envolvendo órgãos ambientais, universidades, setor produtivo e demais instituições afetas à questão, deverá ser propiciado pelo PRONAR como forma de criar novas evidências científicas que possam ser úteis ao Programa.~~

~~2.9 – AÇÕES DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO.~~

~~Considerando que os recursos disponíveis para a implementação do PRONAR são finitos, é estratégico que se definam metas de curto, médio e longo prazo para que se dê prioridade à alocação desses recursos. Nestes termos, fica definida como seqüência de ações:~~

~~a) A Curto Prazo:~~

- ~~• Definição dos limites de emissão para fontes poluidoras prioritárias;~~
- ~~• Definição dos padrões de qualidade do ar~~
- ~~• Enquadramento das áreas na classificação de usos pretendidos;~~
- ~~• Apoio a formulação dos Programas Estaduais de Controle de Poluição do Ar;~~
- ~~• Capacitação Laboratorial;~~
- ~~• Capacitação de Recursos Humanos.~~

~~b) A Médio Prazo:~~

- ~~• Definição dos demais limites de emissão para fontes poluidoras;~~
- ~~• Implementação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar;~~
- ~~• Criação do Inventário Nacional de Fontes e Emissões;~~
- ~~• Capacitação Laboratorial (continuidade);~~
- ~~• Capacitação de Recursos Humanos (continuidade).~~

~~e) A Longo Prazo:~~

- ~~• Capacitação laboratorial (continuidade);~~
- ~~• Capacitação de Recursos Humanos (continuidade);~~
- ~~• Avaliação e Retro-avaliação do PRONAR.~~

~~3 – INSTRUMENTOS~~

~~Para que as ações de controle definidas pelo PRONAR possam ser concretizadas a nível nacional, ficam estabelecidos alguns instrumentos de apoio e operacionalização.~~

~~3.1 SÃO INSTRUMENTOS DO PRONAR:~~

- ~~• Limites máximos de emissão;~~
- ~~• Padrões de Qualidade do Ar;~~
- ~~• PROCONVE – Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, criado pela Resolução CONAMA Nº 018/86;~~
- ~~• PRONACOP – Programa Nacional de Controle da Poluição Industrial;~~
- ~~• Programa Nacional de Avaliação da Qualidade do Ar; Programa Nacional de Inventário de Fontes Poluidoras do Ar Programas Estaduais de Controle da Poluição do Ar.~~

~~4 DISPOSIÇÕES GERAIS~~

- ~~• Compete ao IBAMA o gerenciamento do PRONAR.~~
- ~~• Compete ao IBAMA o apoio na formulação dos programas de controle, avaliação e inventário que instrumentalizam o PRONAR.~~
 - ~~• Compete aos estados o estabelecimento e implementação dos Programas Estaduais de Controle da Poluição do Ar, em conformidade com o estabelecido no PRONAR.~~
 - ~~• Sempre que necessário, os limites máximos de emissão poderão ter valores mais rígidos, fixados a nível estadual.~~
 - ~~• Sempre que necessário, poderão ser adotadas ações de controle complementares.~~

~~As estratégias de controle de poluição do ar estabelecidas no PRONAR estarão sujeitas à revisão a qualquer tempo, tendo em vista a necessidade do atendimento dos padrões nacionais de qualidade do ar.~~

~~5 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.~~

JOÃO ALVES FILHO - Presidente do Conselho

FERNANDO CÉSAR DE MOREIRA MESQUITA - Secretário-Executivo

Este texto não substitui o publicado no DOU, de 25 de agosto de 1989.